

SESSÕES DO PLENÁRIO

8ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 18 de fevereiro de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADA MARIA DEL CARMEN LULA (1ª SECRETÁRIA)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Kátia Oliveira, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (59)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao plenário as atas das 4ª e 5ª sessões ordinárias, realizadas, respectivamente, em 11 e 12 de fevereiro de 2019.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pequeno Expediente. **(Oradores Inscritos)**

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Jacó Lula da Silva, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Boa tarde, presidenta Maria del Carmen, boa tarde, colegas deputados, boa tarde, colegas deputadas. Boa tarde, colegas aqui da ALBA, boa tarde, pessoal da tribuna, boa tarde, povo da Bahia que nos escuta e nos vê aqui nesta tribuna.

Hoje é um dia em que eu queria trazer uma reflexão acerca de um tema importante, deputado Hilton, que tem um rebate sobre a vida do povo trabalhador, em especial do povo do meio rural, que é a reforma da Previdência. Durante o processo eleitoral, o atual presidente falou, publicamente, que a reforma proposta pelo governo golpista de Michel Temer iria massacrar a classe trabalhadora e os idosos do nosso país, já que a aposentadoria do homem iria passar de 60 para 65 anos, e a da mulher de 55 para 62 anos. E a contribuição de quem trabalha com carteira assinada iria passar de 35 para 49 anos.

E agora, para nossa surpresa, o atual governo, que negou isso durante a campanha, está fazendo exatamente o contrário do que disse, cometendo o maior estelionato eleitoral da história deste país. Porque o povo deste país, a classe trabalhadora, o povo do Semiárido, os agricultores e as agricultoras familiares, os quilombolas, os ribeirinhos, o povo de fundo e fecho de pasto, o povo da periferia, deputada Maria del Carmen, todos eles vão pagar a conta.

Sabe por quê? Porque não vão poder se aposentar. Os ouvintes sabem muito bem que há um tempo era um problema ter um idoso em casa. Hoje, é uma solução, porque se tem a garantia de uma renda mínima. Hoje, quem tem um idoso aposentado em casa, está escape; quem tem dois, está salvo; quem tem três, está com um burro na sombra, está bem, a família está mantida.

O que vai acontecer com essa famigerada reforma da Previdência? Os nossos idosos vão voltar a ser problemas, porque vão perder a proteção social. As famílias do meio rural vão voltar para a miséria. Comíamos farinha e café com açúcar. Hoje, depois dos governos Lula e Dilma, estamos tendo o direito de comer um pãozinho com queijo, deputado Zé Cocá. Mas esse governo que está aí, que cometeu o estelionato eleitoral, deputada Olívia, quer botar o nosso povo para comer café com farinha novamente, quer botar o nosso povo na fome e na miséria.

Venho aqui a esta tribuna denunciar esse abuso. Mas também para dizer que vamos lutar, vamos resistir, porque não aceitamos uma reforma da Previdência para tirar os direitos justamente daqueles que mais precisam. Nós temos que reformar, sim, para cortar os privilégios. Nós temos que cortar os privilégios dos militares, nós temos que cortar os privilégios do Judiciário. É por aí que a gente precisa começar essa reforma, e não tirar daqueles e daquelas que mais precisam.

Então fica aqui o meu repúdio e a minha solidariedade ao povo desta terra, ao povo do meio rural, aos agricultores e agricultoras familiares. Até porque, durante o processo eleitoral, eu fiz esse debate e denunciei na Bahia inteira que isso iria acontecer. Para nossa tristeza, está acontecendo e está aí o debate nacional.

Queria também chamar a atenção deste plenário para o ato que vai acontecer hoje, às 18 horas: Vidas Negras Importam e Importam Muito. Os movimentos negros, de juventude, de mulheres, dos LGBTs estarão em um ato na porta do supermercado

Extra, na Paralela, onde protestarão contra o assassinato de um jovem negro, Pedro Gonzaga, por um segurança dessa rede de supermercados. Esse segurança já tinha histórico de violência e estava até impedido de exercer a função.

A rede de supermercados Extra nem tem o cuidado, deputado Hilton, de fazer as suas escolhas. Botam assassinos como seguranças, para fazer esse tipo de ato, de barbaridade, de covardia, tirando a vida de um jovem negro.

Essa morte do jovem Pedro não tem outra explicação que não seja o racismo. Nós estamos penando...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: (...) com o racismo neste país, neste estado. Por isso a minha palavra de apoio a esse movimento Vidas Negras Importam e Importam Muito.

Agradeço a V. Ex.^a pela compreensão.

Um forte abraço ao povo da Bahia. Lula livre! Lula livre! Lula livre!

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Robinson Almeida pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr.^a Presidenta, Srs. e Sr.^{as} Deputadas, venho aqui, hoje, parabenizar o governador Rui Costa pela indicação dos secretários que faltavam para a composição do seu governo neste segundo mandato. Desejo muita boa sorte ao secretário Josias Gomes, que assume a Secretaria de Desenvolvimento Rural; à secretária Cibele Carvalho, que continua na Secretaria de Relações Institucionais; ao secretário Carlos Martins, que retoma a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social; e à secretária Adélia Pinheiro, que assume a pasta de Ciência e Tecnologia.

O governador completa, então, o seu primeiro escalão, tendo uma equipe muito qualificada para, neste segundo mandato, fazer ainda mais do que foi feito no primeiro.

Eu não posso deixar, Sr.^a Presidente, de comentar os graves acontecimentos que tiveram lugar no país neste final de semana, a partir de um conflito familiar envolvendo o filho do presidente da República Carlos Bolsonaro e o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência e também ex-presidente do PSL, Gustavo Bebianno.

O Brasil está em mais uma crise envolvendo laranjas. O governo Bolsonaro até já está sendo batizado como “república das laranjas”, porque toda semana há uma nova denúncia do uso indevido – tanto nas estruturas de poder quanto nas estruturas de candidaturas – de figuras que são verdadeiras substitutas para preencher lacunas no que deveria ser feito no uso do dinheiro público.

O caso de Bebianno é grave porque ele, que é um dos ministros estratégicos alocados no Palácio do Planalto, fez acusações, que não foram desmentidas, de muita gravidade. Ele chegou a afirmar que teria de pedir desculpas ao Brasil por ter viabilizado, quando presidiu o PSL, a candidatura de Jair Bolsonaro. E foi mais além, disse que o filho Carlos é um instrumento do presidente e que Bolsonaro não tem estrutura psíquica para presidir o país.

Então, em que nós estamos envolvidos? Um governo que foi eleito arrotando moralidade, apontando o dedo para todo mundo, em menos de 60 dias aparecem escândalos em cima de escândalos envolvendo a sua família. Ele ameaçou o ministro de demissão e ordenou que Sérgio Moro, seu ministro da Justiça, fizesse investigação pela Polícia Federal.

A minha pergunta é simples: por que ele não tomou a mesma atitude em relação às denúncias contra o seu filho Flávio Bolsonaro? Por que ele não pediu à Polícia Federal e a Sérgio Moro para investigarem o caso de Queiroz, o assessor que organizou um grande “laranja” no gabinete do então deputado estadual Flávio Bolsonaro? Por que, quando é da família, ele diz que é um garoto que está cometendo algum tipo...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) de ato pueril ou infantil, e quando não é da família ele toma uma atitude diferente?

O Brasil está decepcionado e frustrado com um governo que em 60 dias, praticamente, não tem nada a oferecer a não ser um pacote de maldades, um pacote de ataques aos direitos. E agora vem essa proposta de reforma da Previdência...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) Mas nós continuaremos aqui, presidente, vigilantes e cobrando que atitudes sejam tomadas...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: (...) ao bem da moralidade pública.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Hilton Coelho pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Sr.^a Presidente, demais deputados e deputadas, pessoas que nos acompanham pela *TV Assembleia*, a máscara do governo federal está caindo. Todas essas denúncias que vão esquentando os noticiários diariamente significam, de fato, uma desmoralização completa do eixo do discurso desse governo.

Ao mesmo tempo, como disse aqui o deputado Jacó, o que se tem de concreto apresentado pelo governo vai criar uma situação fronteira de, simplesmente, destruímos o maior mecanismo de proteção social que este país tem, que é a sua Previdência, a sua seguridade social.

Um tema bastante debatido, deputado Jacó, é a situação dos municípios, que já estão num quadro de penúria completa, fato generalizado em todo o país. A Bahia é

um exemplo, já que, quando relacionamos a renda da população com a Previdência pública, vemos que a sobrevivência econômica dos municípios depende disso.

Com a restrição desse que é, historicamente, o maior mecanismo de proteção social do nosso país, sabemos que a capacidade de os municípios sustentarem atividades econômicas ficará muito mais difícil; será uma situação de miserabilidade. E não tem como se pensar em miserabilidade – aumento da miséria, aumento da pobreza – sem relacioná-la a mais concentração de renda.

Quero aqui oferecer, mais uma vez, esta denúncia: o mundo tem oito famílias concentrando mais renda e riqueza do que metade de sua população. O Brasil concentra na mão de seis famílias mais da metade da riqueza deste país, que é a população descapitalizada, a que tem menos recursos.

O que vai ser gerado com essa reforma previdenciária? Para nós, de fato, é muito preocupante. O movimento social, acima de tudo, precisa ir para a rua, porque já acabou aquela situação que o governo colocava uma proposta e retirava. É hora de a CSP-Conlutas, a CUT, a UGT, enfim, as centrais sindicais chamarem o povo para a rua. O governo segue se desmoralizando, mas aponta um verdadeiro canhão de classe contra os trabalhadores. Nós vamos precisar responder à altura para não ter perdas históricas.

Mas também ocupo esta tribuna, presidente, para tratar de duas outras situações. A primeira, é a do Planserv. Bom, nós não conseguimos entender como as servidoras e servidores do Estado precisam, para fazer uma cirurgia, bancar o anestesista. A mão de obra do anestesista precisa ser bancada pelo bolso dos servidores, mesmo estando eles associados ao Planserv.

Além de outros absurdos, como só se conseguir marcar consultas com 6 meses de antecedência. Essa é a situação de precarização do plano. Por outro lado, não se consegue entender como um plano que não tem inadimplência, que tem mais de 500 mil associados, pode estar submetendo os seus associados a essa condição de absoluta humilhação.

Então é muito importante que se crie aqui um posicionamento firme de autonomia do Legislativo em relação ao Executivo, e a gente implemente aqui a CPI do Planserv. É preciso fazer essa CPI do Planserv! Precisamos entender esta contradição: o esmagamento da dignidade dos servidores públicos mesmo com as tantas garantias que foram dadas ao plano. Então faremos um documento e queremos contar com o apoio do conjunto das deputadas e dos deputados, porque não podemos continuar caminhando com essa situação dramática no serviço público do nosso estado.

Por fim, Sr.^a Presidenta, queríamos entender em que capítulo nós estamos em relação à prioridade que o governo do estado irá dar à educação. Veja, passamos por uma situação aqui de mobilização dos gestores, das gestoras e das comunidades em relação à demissão...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) dos diretores e vices. E o argumento era, primeiro, que precisava ser dedicação exclusiva e que um acordo teria sido feito motivado, inclusive, por uma liminar que estava às vésperas de sair, determinando que a demissão não poderia ser feita.

O que aconteceu? Um dia antes de ser notificado, já com certa ciência de que essa liminar foi aprovada, o governo simplesmente exonera...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) mais de 500 – centenas e centenas – diretores e vices. Fomos à assembleia da APLB, no final da semana passada, quando percebemos, entre outras coisas, a indignação da categoria, que aprovou o estado de greve para sinalizar ao governo que não aguenta mais.

Se logo depois do Carnaval não existir uma resposta às pautas concretas da categoria, que passa por valorização salarial, pelo reconhecimento da titulação e pela reversão de absurdos como essas demissões de diretores e vices, essa categoria, infelizmente, terá de ir ao último recurso, que é o da greve.

Muito obrigado, Sr.^a Presidenta.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Targino pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, senhores da imprensa, das Galerias, Srs. Funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, fico com a impressão de que ou não estou no Parlamento baiano ou está acontecendo alguma coisa de grave com o comportamento de alguns Srs. Deputados. E tenho certeza de que eu assisto à fala de cada um dos senhores, aqui nesta tribuna, com absoluto respeito e atenção.

Mas não posso deixar de dizer que dei risada com a fala do deputado Jacó, que hoje deixou para trás, de muito, a saudosa Madame Beatriz – quem é soteropolitano lembra quem era –, que dizia que tudo descobria através das cartas ou da bola de cristal. Tinha propagandas de Madame Beatriz, a deputada que ora preside esta sessão, deputada Maria del Carmen, se lembra disso, em quase todos os postes da cidade com o chamamento para as consultas com ela. Porque V. Ex.^a fez como ela, usou a bola de cristal para antecipar o que é que virá na reforma da Previdência. Mas V. Ex.^a está muito mais perto da Previdência estadual e dessa V. Ex.^a sai pela tangente, tergiversa.

Parece, pelo comportamento dos deputados, na Bahia, este estado maravilhoso que foi vendido na propaganda institucional, que consumiu mais de R\$ 200 milhões por ano pelo governador Rui Costa. Na Bahia está tudo bem, está tudo maravilhoso, não precisa conserto, os deputados que para aqui foram eleitos da Bancada do Governo não precisam voltar os olhos para a Bahia, têm que estar preocupados com o presidente que eles elegeram lá atrás, que não teve o meu voto, Michel Temer, e

agora, preocupados ainda com o governo federal, com o governo que ora se inicia de Bolsonaro.

Não tenho procuração para defender Bolsonaro. Não sou do time de Bolsonaro, mas quero dizer a V. Ex.^a que o governador de V. Ex.^{as} assumiu em novembro do ano passado o rombo de mais de R\$ 4 bilhões da Previdência estadual e já fez uma minirreforma. Para ele uma minirreforma com a aprovação desta Casa, para os funcionários públicos, uma reforma macro onde pegou o desconto da Previdência, que era 12% e passou para 14%. Isso para um público que já não recebe aumento de salário há 4 anos, sequer o reajuste salarial, mas ele tira mais 2%. Então é sinal de que a Previdência estadual está precisando da interferência de cada um de nós, porque esse é o nosso dever, a nossa obrigação, voltar os olhos para a Bahia, a Bahia dos baianos, a Bahia dos baianos que me elegeu e elegeu V. Ex.^{as}.

E como precisam também vir aqui falar do Planserv.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Afinal de contas são 500 mil vidas que estão submetidas à situação cruel, sem atendimento pelo Planserv. Lá, só é atendido no regime de cotas quem estiver carimbado como urgência e emergência. A partir daí, tem que pagar pelo procedimento. E V. Ex.^{as}, deputados lagartixas que estão aqui somente...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) para dizer sim ao governo, não dão uma palavra! Entram calados e saem mudos desta Casa sem falar nada da Bahia.

Muito obrigado, minha dileta presidente desta Casa.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Obrigada, deputado Targino.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Adolfo Menezes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, o assunto da Previdência, que não chegou ainda – pelo menos que eu tenha conhecimento – ao Congresso Nacional, é claro que é um assunto complexo, como foi e é em todos os países do mundo. Ninguém tem dúvida que precisa se fazer uma reforma urgente sob pena deste país entrar mais no buraco. Agora, é claro que tem casos e casos. Você não pode pegar um trabalhador rural e dar o mesmo tratamento de outros privilegiados. Mas, infelizmente, este país precisa de muita, mas é muita, deputado Targino, muita compreensão, o que eu acho difícil. Você veja que foi feito um acordo para o presidente Temer assinar o aumento do Judiciário – que impacta em todas as áreas – para 39 mil e o que nós vimos na imprensa é que os procuradores lá da Raquel, da Raquel Dodge, estão fazendo greve branca, porque já querem o auxílio moradia.

Então, este país, eu penso até que o vice-presidente, que fala o que quer falar, e eu acredito até corretamente, quando ele disse há pouco tempo que o Brasil estava precisando de uma Constituinte exclusiva. Porque o Congresso Nacional, dificilmente, eu acredito, vai fazer o que este país precisa.

E, aqui, na Bahia, nós temos um governador que dispensa... É redundância a gente até dizer o que ele está fazendo, porque é um governador que teve a maior vitória da história das eleições neste estado. Governador que teve, em várias localidades, quase 100% dos votos; teve mais do que 75% de aprovação de uma forma geral. Agora, é natural que um estado pobre como a Bahia, onde quase a totalidade é no Semiárido, com tantos problemas na educação, na saúde, nas estradas... Agora, o governador Rui Costa tem dado um show de administração.

O Planserv, deputado Targino, querendo ou não, os eleitores viram isso numa eleição da negação da política, e ele tenta mudar. É o governador que teve coragem de cortar empresas, acabar empresas. É claro que quem perde o emprego nunca vai gostar. Como foi o caso da EBDA, a Cesta do Povo, como foi agora que cortou vários cargos! Ele é um governador que economiza e foi por isso que sobreviveu!

A Bahia foi o segundo estado no Brasil que mais investiu nesses anos, só perdeu pra São Paulo porque é infinitamente maior. Ele é um governador que paga o salário em dia. Governador que eu vi, aqui, o deputado Hilton falar já anunciando greve... Governador que descobriu servidores com dois vínculos, pelo que eu tenho conhecimento, deputado Hilton, eu não conheço tudo em educação, mas eu conheço vários diretores e vários vices que tinham vínculo municipal e vínculo com o estado.

Eu não estou falando na inteireza do que ele está fazendo na educação, porque eu não sei. E eu não gosto de falar do que eu não sei. Mas o governador, deputado Targino, deu a opção desses servidores ficarem no município ou no estado, porque não ficavam em lugar nenhum.

E eu digo... Eu digo com toda consciência ao deputado Targino, dentre tantas coisas erradas neste país, a forma de contratação, hoje, a forma do concurso público...

O Sr. Hilton Coelho: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO MENEZES: Deputado Hilton, no Pequeno Expediente, infelizmente, eu não posso dar aparte, senão daria com o maior prazer.

A forma como é, hoje, o concurso público, este país não vai para a frente. É claro que tem que ter o concurso, porque senão voltava aquela velha política, entrava um gestor e colocava os outros para fora. Agora, do jeito que é hoje não dá. E concordo plenamente que tem de cortar de quem ganha mais, tem de cobrar dos bancos, que assaltam o povo brasileiro. Assaltos diários, oficialmente, taxas exorbitantes como não se vê em lugar nenhum do mundo, e ninguém faz nada. O Congresso não faz nada!

Não tenho muito tempo para falar, mais não posso deixar de me referir a outro absurdo. Deputado Targino, nós vimos aí a laranja do PSL, uma deputada que recebeu R\$ 400 mil faltando 2 dias para as eleições e teve 200 votos. A culpa, mais

uma vez, é do Judiciário, é do Supremo e do Congresso, que inventaram que pelo menos 30% dos candidatos devem ser do sexo feminino. Ué, as mulheres...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) não são iguais aos homens? São! As mulheres têm a mesma capacidade ou até mais que os homens. Ora, então deveríamos fazer uma lista separada de candidatas do sexo feminino que nem disputariam a eleição, já que 30% das vagas seriam para elas. Por exemplo: de mil candidatos a estadual, pega-se 300 candidatas que serão deputadas sem disputar a eleição.

Ué, o que é que precisa...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Só um minuto de tolerância, deputada.

(...) para uma mulher disputar uma eleição, deputada Olívia?...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) que seja filiada a um partido e que tenha o título. Alguém impede a mulher de se filiar, alguém impede de a mulher tirar o título? Agora, o que não pode é, por lei, querer obrigar a mulher a ter voto...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Vou concluir.

Aí fica a esculhambação deste país, já que 30% do dinheiro do Fundo Partidário tem que ser para as mulheres...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES: É um assunto interessante, vou concluir, deputada. É que...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Você não quer nosso voto mais.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Não! Bom, estou dizendo o que eu acho. O que eu acho! Porque você querer obrigar as mulheres a terem voto... Nós não estamos numa democracia? Todo mundo que tem título, então vá disputar a eleição! Ou então...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Vou concluir.

(...) bota as mulheres na lista... Eu não tenho nada contra as mulheres, eu só estou dizendo que se essa lei prosseguir, na próxima eleição me candidatarei e colocarei alguém meu para disputar a vaga das mulheres. Entendeu, deputado Alan Sanches? Porque vai receber muito do Fundo Partidário, que não tem onde botar.

Vou concluir. Obrigado pela tolerância, Sr.^a Presidente, porque as deputadas ali não estão me entendendo. Eu estou falando aqui chinês? Porque a deputada Ivana, a deputada Fabíola já estão me olhando atravessadas.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES: E a deputada Olívia, também.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputado, por favor.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Concluído.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Paulo Câmara pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PAULO CÂMARA: Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, agradeço a oportunidade de falar.

Venho a esta tribuna, Sr.^a Presidente, primeiro, para relatar a visita que eu fiz este final de semana ao Oeste da Bahia, onde pude visitar o município de Luís Eduardo Magalhães, o município de Barreiras, o município de Cotegipe, região que fui votado nessa minha primeira eleição, líder Targino, o município de Luís Eduardo Magalhães me consagrou com quase 2.500 votos.

E, na última sexta-feira, nós tivemos a inauguração de uma unidade do grupo Marabá, lá o Júlio Marabá é o líder político e me apoia, fui prestigiá-lo; como também, presidenta, a inauguração da nova sede do sindicato rural que tomou posse o Sr. Cícero Teixeira, em lugar de dona Carminha. Um município que ainda precisa muito o que fazer. Mas, eu vim aqui, deputado Adolfo, sei que V. Ex.^a tem um prestígio enorme junto ao governo do estado, lhe pedir uma ajuda, porque fiquei bastante chocado, um município, que é tido como a Califórnia brasileira, o Oeste da Bahia, o Oeste que tem a soja, que tem o algodão, que é vista por muitos como a terra promissora, eu sinto às vezes, que o governo do estado governa de costas para aquela região. Esse foi o sentimento que eu tive.

Quando você vê uma importante estrada daquela, como a 462, que liga a 020 a 242, duas estradas federais pavimentadas, e uma estrada vicinal, onde escoam mais de 60% da produção agrícola daquela região, não tem nem sequer uma pá de cal, uma pá de brita graduada! Não tem nada, Targino! Lá parece uma estrada do deserto. As consequências disso é que o frete fica mais caro, dificulta o escoamento, e quando chove, vereador Hilton, colega deputado agora, é um Deus nos acuda! Eu me recordo que o governo do estado contraiu um empréstimo na ordem de quase US\$200 milhões do Preamar I, junto ao Banco do Brasil.

Então, gostaria de fazer um apelo à Bancada do Governo, aqui em nome do Líder Rosemberg, para que a gente possa incluir essa estrada, estrada importante, que não só vai desenvolver aquela região, mas, também, baratear o crédito, baratear o custo da alimentação daquela localidade e também de todo o nosso estado.

Portanto, quero aqui felicitar e parabenizar o Grupo Marabá, na pessoa do seu líder Júlio Marabá, e também ao novo presidente Cícero Teixeira, do Sindicato Rural de Luís Eduardo Magalhães. Estiveram presentes também, o presidente da Faeb, tantos amigos e autoridades locais, a deputada Jusmari, presidente da Comissão de Agricultura. O que nós precisamos, efetivamente, é estarmos aqui com vistas para as necessidades locais, não para o que se passa na propaganda, porque na propaganda é

muito fácil de se ver, mas ver de perto, é outra coisa. Eu fui lá ver de perto, e, efetivamente, o município Luís Eduardo Magalhães, precisa melhorar muito.

Eu peço aqui um apelo para que nós possamos, aquela bancada, eu vi o deputado Vitor Bonfim mais cedo aqui no plenário, ele que foi secretário da Agricultura, deve conhecer bem aquela região, o deputado Eduardo, para que possamos unir esforços e consigamos, efetivamente, tirar quase 58 quilômetros de estradas de barro, porque quando faz sol, é uma poeira danada, os caminhões tombam, e quando chove é uma lama só. Praticamente, a estrada fica interditada, atingindo quase mais de 68% da produção daquela região.

Era isso. Muito obrigado, presidenta.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra à deputada Fabíola Mansur pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Nobre presidente, deputada Maria del Carmen, gostaria de saudar a todos os deputados e deputadas, membros das Galerias, aos nossos colaboradores, subo a esta Tribuna para saudar, inicialmente, ao Ilê Aiyê pelos seus 40 anos, deputada Olívia, a festa da beleza negra que, com certeza, levaram nova dimensão e autoestima à beleza da mulher negra, contrariando, deputado Hilton, o que sempre foi o *status quo* da não valorização da beleza da mulher negra.

Quero aqui me congratular com a festa dos 40 anos do Ilê Aiyê, me congratular com Daniele, uma secretária-executiva belíssima, que foi eleita a deusa do Ébano, a deusa do Ilê Aiyê, e dizer o quanto é importante a valorização das mulheres.

Vemos como o que foi descrito pelos deputados que me antecederam a infelicidade, deputado Jacó, de ter no nosso partido, o PSL, um partido que contou em verso e prosa o combate à corrupção, a utilização de mulheres como laranjas. Aliás, eu já tenho visto várias blusas por aí, laranja Bebianno, laranja Bolsonaro, porque temos vários laranjas que estão e devem ser investigados.

Mas, certamente, nós temos aqui que realçar e reforçar a importância das mulheres nos vários espaços de poder, e certamente a festa do Ilê Aiyê é um deles. As deputadas que aqui se encontram com os seus mandatos em defesa dos direitos das mulheres – é uma outra importante luta – que aliadas às diversas e milhares de mulheres baianas podem trazer para esta Casa todas as importantes pautas, como a defesa dos direitos das mulheres e o enfrentamento ao feminicídio, que todos os dias, infelizmente, deputado Rogério Andrade Filho, temos notícias.

Ontem, vimos uma mulher cruelmente agredida no seu primeiro encontro, e isso precisa acabar! Certamente isso se acaba com educação solidária entre gêneros, se denunciarmos, temos que vencer a impunidade que, infelizmente, ainda assola neste país. Nós que defendemos e estamos à frente da Comissão de Educação, deputado Hilton, vamos trazer, junto com a deputada Olívia Santana, que preside a Comissão dos Direitos da Mulher, esta pauta de forma forte como sempre temos

feito, deputada Maria del Carmen, nos anos que antecederam as presenças desses dois importantes deputados.

Queria aproveitar para saudar Cibele Carvalho, nomeada hoje como secretária de Relações Institucionais e que, inclusive, está fazendo aniversário. Gostaria de lhe enviar um abraço carinhoso desta Assembleia. Pela primeira vez no nosso governo teremos cinco secretárias mulheres. Aproveito para saudar as cinco atuais secretárias mulheres, dentre elas Fabya Reis, secretária da Sepromi; Julieta Palmeira, secretária das Políticas para as Mulheres; a secretária Adélia Pinheiro, também indicada hoje pelo nosso governador, reitora atual da UESC; e Arany Santana, secretária da Cultura. É a força das mulheres na gestão. Sucesso para elas! Contem sempre com o nosso mandato.

É importante que a gente faça essa defesa, importante que a gente discuta essas pautas. Aliás, eu quero aqui saudar e me congratular com a deputada Talita, deputada eleita pela Bancada da Oposição, deputada do PSL, mas que integra a Comissão das Mulheres, e integra a Comissão da Educação e que fez, inclusive, uma crítica à presidente do PSL, que, não raro, faz comentários que nos chocam aqui, como por exemplo, sobre a fiscalização da cultura pelo presidente Bolsonaro...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) aqui na Bahia. Mas, recentemente, fez uma declaração de que foi a responsável, a deputada federal e presidente do PSL, pela integração da deputada Talita tanto à Mesa Diretora quanto às Comissões de Educação e das Mulheres.

Importante que a gente diga que isso foi uma articulação do Bloco de Oposição e que é muito importante ter a deputada Talita, assim como a deputada Kátia Oliveira, integrando, deputado Targino, ...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) V. Ex.^a que é Líder da Oposição, a bancada de mulheres, a bancada feminina, porque a pauta é uma só: A defesa dos direitos das mulheres. E essa pauta extrapola pautas de partidos políticos. E, certamente, a deputada Talita e a deputada Kátia são extremamente bem-vindas nessa missão, que é defender todas as mulheres baianas, as quais estarão lideradas na Educação, por mim, e na Comissão de Mulheres, pela deputada Olívia Santana.

Muito obrigada, Sr.^a Presidente.

(Revisto pela oradora.)

GRANDE EXPEDIENTE

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Não havendo mais deputados inscritos, passamos ao Grande Expediente.

Este Grande Expediente hoje é com a deputada Olívia Santana, que utilizará todo o tempo de 25 minutos, pelo PCdoB.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr.^a Presidenta, deputada Maria del Carmen, colegas, servidores desta Casa, saúdo a todas e a todos.

Vim a esta tribuna para fazer uma grave denúncia, um apelo aos órgãos da Segurança Pública do nosso estado em relação ao assassinato brutal, com requintes de crueldade, da ativista e ambientalista Rosane Santiago Silveira, ocorrido no dia 29 de janeiro em Nova Viçosa. Esse assassinato é uma marca da intolerância política que tem cada vez mais crescido em nosso país e que já convoca as organizações que lutam pela democracia a elevarem a vigilância, o acompanhamento, o monitoramento e as denúncias, inclusive, a órgãos internacionais em relação ao avanço, ao crescimento da violação dos direitos humanos no Brasil, um Brasil que hoje é presidido por um presidente que faz discursos de apologia à tortura, que não consegue dialogar com seus adversários políticos, que, portanto, é uma prática, uma atitude política, que acaba estimulando e autorizando que assassinatos possam acontecer em nome de uma posição política determinada.

Eu sempre resgato a figura do mestre Moa do Katendê, que foi assassinado porque revelou que votou no PT, que votou no candidato Haddad naquele momento, e um eleitor do Jair Bolsonaro foi lá e assassinou o mestre Moa.

Recentemente também vimos esse caso absurdo, um caso que abalou o Brasil nesses últimos dias, que foi o do segurança que matou, por asfixia, um jovem de 19 anos no supermercado Extra, na rede Extra, jovem acompanhado, deputadas, da sua genitora, da sua mãe. E esse menino recebeu um golpe chamado de “mata-leão”, e o segurança não atendeu a nenhum dos apelos pela vida daquele jovem.

O argumento era o da suspeição de que aquele jovem poderia estar planejando assaltar o supermercado. Ainda que fosse isso, ainda que esse jovem estivesse furtando o supermercado, nós não temos pena de morte no Brasil.

Uma coisa é imobilizar a pessoa ou uma pessoa que foi um delinquente, alguém que foi, de fato, pego ali num ato de furto, de roubo, o que quer que seja. Mas uma outra coisa é exatamente essa atitude de matar o jovem, porque o segurança... Inclusive outros seguranças acompanharam aquela ação abominável e nada fizeram. E chama também atenção o fato de diversas pessoas acompanharem aquele ato absurdo, já disse, abominável, filmando, gravando, algumas pessoas fazerem apelo, mas ninguém interferir. Isso significa que nós estamos vivendo a situação gravíssima da sociedade do espetáculo, da sociedade onde mais vale filmar, ter *likes* na internet, do que assumir atitude real, concreta, de mudar o curso dos acontecimentos.

Lembro também da situação do jornalista Ricardo Boechat: o caminhoneiro estava preso nas ferragens, e uma mulher, de maneira heroica, foi lá para ajudar a tirar, enquanto outras pessoas filmavam aquela ação. Então nós precisamos refletir sobre isso e assumir a atitude de enfrentamento disso. Nós não podemos perder a nossa humanidade, a nossa capacidade de compaixão, de se sensibilizar, de se colocar no lugar da outra, no lugar do outro.

Portanto, esse caso do jovem negro do Extra é um caso emblemático de racismo letal, porque o racismo letal é aquele que extrapola todas as fases, as etapas, as formas de manifestação do racismo e acaba tirando a vida de alguém. Esse menino teve a vida ceifada porque era um jovem negro, de periferia, e o negro sempre é visto como um suspeito. Isso aconteceu lá, mas não é somente um caso que a gente pode

olhar de maneira distante. Já aconteceu um caso como esse aqui também numa rede de supermercados há uns 10 anos. Há uns 8 anos, eu era vereadora, e também foi nessa rede de supermercados, o que requer uma atitude não só de punição do agressor, do assassino, que foi posto em liberdade, sendo o caso qualificado como homicídio culposo, o que é um absurdo porque ele pagará uma fiança e vai responder em liberdade. Foi um homicídio doloso, e a gente tem que combater isso, se insurgir em relação a isso, exigir justiça e exigir que também o supermercado responda por esse ato porque o supermercado é responsável pela orientação que é dada aos seus profissionais de segurança.

Portanto, fica aqui o nosso registro e a retomada em relação ao caso da nossa ativista ambiental e liderança também do movimento de direitos humanos Rosane Santiago Silveira, que aqui na Bahia, na cidade de Nova Viçosa, foi assassinada, como eu dizia, com requintes de crueldade no dia 29 de janeiro.

No dia de hoje, uma comissão, ou melhor dizendo, a deputada federal Alice Portugal... Mas eu também encaminhei, deputada Fabíola, deputada Maria del Carmen, a nossa advogada da Comissão dos Direitos das Mulheres, Renata Deiró, para acompanhar o diálogo com o delegado Bernardino para que ele intensifique as investigações porque nada foi apurado, não foi feita a perícia. Essa mulher teve as pernas amarradas, o pescoço tinha algo amarrado também, um pano amarrado no pescoço, tomou um tiro nas costas, foi perfurada por diversas vezes e já tinha feito várias denúncias das ameaças de morte que ela estava recebendo, pela luta que fazia contra os grandes empreendimentos de eucalipto e pelo direito a uma agricultura de diversidade, à valorização da agricultura familiar, dos pequenos produtores e da agricultura sustentável.

Portanto, eu, em nome do Partido Comunista do Brasil, faço aqui essa denúncia, peço o apoio e o olhar do governador Rui Costa. Que olhe para essa situação, que exija que a polícia técnica vá a fundo na investigação porque nós precisamos descobrir os reais mandantes e executores desse crime absurdo porque nós temos que elevar a defesa da vida. O patrimônio não pode valer mais do que a vida; a vida... o direito à vida não pode ser banalizado, precisa ser entendido como direito sagrado. As divergências políticas, os antagonismos políticos não poderão jamais ser resolvidos a partir da violência, do enfrentamento, do calar a outra pessoa a partir de assassinatos, de torturas ou coisas que o valham.

Portanto, fica aqui o nosso apelo e a nossa preocupação, porque esse crime vai para as estatísticas de mais um crime que coloca o Brasil entre os países que mais matam defensores do meio ambiente, que mais matam defensores dos direitos humanos, e nós não podemos conviver com isso, achar que isso é natural, porque não é natural, não é normal.

Aproveito aqui e faço também uma referência à fala do colega deputado que fez uso desta tribuna antes de mim e fez referência ao fato de ninguém, segundo ele, ter responsabilidade, ter culpa da mulher não ter voto, que mulher não pode ter voto por decreto. Adolfo Menezes, o deputado Adolfo Menezes.

Deputado Adolfo Menezes, eu quero dialogar com o deputado e com outros deputados, outros políticos que têm um papel importantíssimo, porque eu sempre digo que a luta das mulheres não pode ser entendida como uma luta específica. Não é uma luta identitária, é uma luta pela emancipação das mulheres e do conjunto da sociedade.

Nós não podemos, em sã consciência, entendendo esse histórico que o Brasil tem, um país de 519 anos, e que apenas desde o descobrimento deste país, desde a ocupação, a invasão, a apropriação por colonizadores portugueses, mas não só, por portugueses, ingleses, franceses, espanhóis... Está certo? Este país se fez numa política masculina, branca, rica e excludente. Sempre foi uma elite rica, poderosa que hegemonizou a política masculina.

Então não podemos zerar esse jogo. Não se pode achar que mulher não tem aptidão para política. Foi esse o argumento que o presidente do PSL usou para justificar as mulheres “laranjas”, esse escândalo de um partido, a 4 dias da eleição, depositar R\$ 400 mil na conta de uma candidata, e todo esse recurso ter sido gasto não se sabe como, não se sabe em quê. E a mulher, coitada, não teve voto algum na verdade. Não era uma candidatura para competir para valer, porque as mulheres lutaram pelo direito de serem candidatas, pelo direito ao voto, direito esse conquistado apenas em 1932. Século passado, século XX, aqui pertinho.

Depois de muita luta, os homens que tinham o poder político é que autorizaram, deputado Jacó, finalmente recepcionaram a pauta de luta das mulheres e permitiram que as mulheres pudessem votar, sem dar nenhuma condição para que elas pudessem disputar. Nós nunca tivemos condição de disputar em pé de igualdade com homens na história deste país, e não reconhecer essa história é um atraso, independente de que partido sejamos: se é do PT, do PCdoB, do PSB, do PFL, que agora é DEM... seja lá o que for. Nós temos que entender que estamos a discutir uma questão que não pode ser entendida como uma questão menor.

Não é um problema de mulher não querer ser candidata. E muitas mulheres, pela inteligência que têm, se recusam até a serem candidatas porque não querem ser candidatas sem as condições para se eleger: sem financiamento de campanha, sem que tenham tido a formação política adequada...

Quando a gente fala de empoderamento, a gente fala de oportunidade, de garantia, que as mulheres possam estar na direção dos partidos, porque a mulher não pode ser somente a secretária para servir o cafezinho ou para anotar os nomes dos inscritos numa mesa de conferência, as mulheres precisam ter o poder de levantar a voz, defender proposta, botar sua proposta para ser votada, serem inseridas, de fato, no processo político.

Essa lei não foi uma dádiva! A lei que define os 30% de candidaturas obrigatórias não foi uma dádiva, foi uma lei conquistada com muita luta, muito suor. Muitas mulheres já nem existem mais, a exemplo de Analice, a exemplo de Loreta Valadares e de tantas outras que lutaram... Lélia Gonzalez... mulheres negras que não puderam ter a felicidade de verem mulheres negras se elegerem de maneira numerosa para ocupar espaço de poder.

Portanto, essa é uma discussão séria, uma discussão muito importante que precisa ser absorvida pelos homens, porque nós só podemos construir uma sociedade de iguais se a gente tiver consciência política de parte a parte. Enquanto esse negócio ficar sendo entendido como um problema de Olívia, de Fabíola, de Del Carmen... “Ah! essas meninas, essas mulheres!”, “Lá vem as mulheres!”, “Vocês já estão demais!”, “Olhe como estão numerosas!”... “Se a gente vacilar, tomam tudo!”, eu ouvi isso no dia da posse aqui!

Esta Casa tem 53 homens deputados e apenas 10 mulheres deputadas, uma dezena. E nós já estamos no século XXI. É cansativo, é chato, é insuportável ter que fazer esse tipo de debate. Você vê uma mulher como essa ambientalista que morreu; você vê uma mulher como Marielle Franco. Marielle Franco não teve nem o direito, deputada Maria del Carmen, de exercer plenamente o seu mandato de vereadora. A gente festejou num ano, 1 ano depois, 1 ano e meio depois a mulher foi assassinada, destruída, e não ficava nada no lugar. Mas olhem como foi importante a repercussão em relação a esse crime, porque agora quatro mulheres negras foram eleitas deputadas no Rio de Janeiro. São sementes de Marielle, como eu me sinto uma semente de Marielle aqui na Bahia.

Então é preciso olhar essa temática não com piedade, mas com generosidade política, com compreensão, com humanismo, com compromisso civilizatório, porque só tem dois caminhos: ou a gente evolui, a gente avança, ou a gente se rende à barbárie. Desempoderamento da mulher significa autorização para feminicídios, para assassinatos, está tudo articulado, está tudo conectado. Essa ideia de que mulher não pode ter poder, não deve exercer poder, é a ideia que autoriza as matanças, porque o homem se sente superior à mulher. Logo, sou proprietário. E, se sou proprietário, tenho o direito de definir a vida e a morte dessa mulher.

Eu estava ontem com a major Denice, ontem era domingo, à noite, lá no Mercado Iaô, de Margareth Menezes. A major Denice num dos raros momentos de folga, e a gente conversando, outras parlamentares também estavam, Lídice, Alice... E de repente o que é que acontece? Um homem chega na festa, um evento público, à vista de centenas, de milhares de pessoas e pega o cabelo da ex-esposa, estica, sai arrastando!

Se Margareth não tivesse interrompido o show, não se sabe o que teria acontecido ali! E ela... Porque as mulheres têm essa capacidade de ser generosas. Porque todo mundo ficou muito indignado. E ele poderia inclusive ser linchado naquele espaço. E ela ergueu a voz para defender a mulher agredida e levantou a voz para pedir às pessoas que não praticassem violência contra aquele homem agressor.

É disso que nós estamos falando. E de repente o que era o nosso lazer já virou uma ação de defesa da mulher, de providenciar um abrigo para aquela mulher ir. Então, ficamos eu e Denice correndo atrás de um abrigo para levar a mulher, orientando, buscando apoio para que no dia seguinte ela pudesse prestar queixa.

Então, já é todo um movimento que vai ocupando a nossa agenda. A gente faz porque a gente acredita. Isso é uma causa para nós, é uma causa de vida para todas nós. Mas nós não podemos ser vozes solitárias em relação a esse debate sobre o

empoderamento de mulheres, porque tem um ciclo vicioso de violências que se dá por conta dessa ausência, dessa ideia de que contra mulher tudo pode.

Então, eu quero fechar essa minha fala fazendo esse apelo, para que os deputados reflitam, presidentes de partidos que estão aqui, da Bancada do Governo, da Oposição, que a gente possa refletir sobre isso. É preciso que os homens sejam provocados a pensar sobre isso, porque não é possível continuar dessa forma! A gente está no século XXI, daqui a pouco é o século XXII, e se vai continuar enterrando mulher, mulher sendo maltratada, continuar entrando nos espaços e mulheres como minoria? Nós somos mais de 7 milhões de mulheres no estado da Bahia, um estado que tem a população de quase um país – é a população da Guatemala, 15 milhões de pessoas tem aqui –, e nós somos 51% da população! Então, vamos fazer o debate no sentido de fazer avançar essa agenda, que, eu repito, é uma agenda civilizatória.

Não poderia, deputadas e deputados, sair desta tribuna sem fazer aqui a minha celebração, sem dedicar as minhas melhores energias aos blocos afros e aos afoxés da nossa Bahia, em nome de duas instituições emblemáticas que atravessaram o tempo resistindo, foram criadas para lutar contra o racismo, para se apresentar na cena cultural do Carnaval baiano, com uma agenda de afirmação do que significa a contribuição negra para o desenvolvimento e para a identidade do estado, como é o estado da Bahia. Então, eu celebro aqui o Ilê Aiyê, resgatando a memória de Mãe Hilda Jitolú e dizendo da minha felicidade, como mulher e negra, de ter participado, mais uma vez, da Noite da Beleza Negra e ver aquela multidão que já não cabia mais no Quilombo do Barro Preto, no Curuzu. É um concurso que não é uma concessão ao mercado da moda: é uma expressão de resistência, de afirmação da estética das mulheres negras. Quando, na época, só existia Miss Brasil, os concursos de miss em que só mulheres brancas eram recepcionadas, o Ilê Aiyê teve a coragem de fazer um concurso voltado para as características, para a identidade das mulheres negras. Não é um concurso de exibição corporal: é um concurso que afirma a estética de matriz africana. E mulheres lutam, disputam e têm ali a sua noite de grande satisfação, alegria, felicidade, emoção, tudo misturado! E eu, portanto, saúdo, porque essa experiência foi a experiência que nos reinventou, inclusive a mim mesma no sentido de me assumir como sou, e tantas outras mulheres.

E celebrar os 70 anos do Afoxé Filhos de Gandhi. Esta Casa, deputada Maria del Carmen e deputada Fabíola, ...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) vai abrigar, finalizando, uma grande sessão especial celebrando os 70 anos do Gandhi, que é completado no dia de hoje. E é bonito ver Carlinhos Brown, é bonito ver Gilberto Gil, é bonito ver tanta gente, tantos homens que passaram por ali recepcionando a experiência criada por estivadores, por ogãs, comunidades de terreiros...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) de candomblé da Bahia que viram ali a possibilidade de não só celebrar a sua herança cultural, mas de levar para o Carnaval o tapete branco da paz, da paz de Oxalá, também com os detalhes do azul, celebrando a possibilidade da existência

daqueles homens negros, mas, ao mesmo tempo, abrindo as portas para que homens brancos também pudessem entrar, homens gays pudessem entrar. E hoje o Gandhi é esse grande mosaico de afirmação de uma outra masculinidade.

Portanto, eu saio desta tribuna dizendo: ajayô, Filhos de Gandhi! Tudo de melhor para a diretoria, representada pelo presidente Gilsoni, e tudo de melhor para o povo baiano, que tem orgulho todas as vezes que vê o Gandhi desfilar. E nós vamos ver, mais uma vez, este ano, de uma maneira bem especial.

Aproveito, deputada, para agradecer ao governador Rui Costa, que tem mantido o apoio aos blocos afros com toda crise que existe. E eu tenho certeza de que ele terá a sabedoria, assim como apoiou ontem o ensaio geral do Gandhi, de fazer uma agenda, este ano, olhando os filhos de Gandhi de uma maneira ainda mais especial nestes 70 anos de existência, que só orgulha o povo baiano.

É isso. Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o representante do PSOL para falar ou indicar orador pelo tempo de 2 minutos. Com a ausência do representante do PSOL, concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Falarei, compartilhando com V. Ex.^a esse tempo, 6 minutos cada, deputada Maria del Carmen.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra, a deputada Fabíola Mansur por até 6 minutos.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Deputada Maria del Carmen, retorno a esta tribuna para saudar hoje a formatura solene em toda a Bahia de mais de 2.100 novos policiais militares e bombeiros militares, que na verdade orgulhavam ali não só os seus familiares, mas também representavam o anseio de uma Bahia com mais segurança com esse reforço, uma Bahia que quer que os seus novos policiais e bombeiros militares defendam a Constituição, defendam a lei e, sobretudo, tenham a paz e a cidadania como foco.

Ali estive na Vila Militar, na companhia do governador Rui Costa, do coronel Anselmo Brandão, comandante da PM, e do coronel Telles, dos Bombeiros, junto a diversas autoridades e deputados que lá estavam, exatamente para reforçar o esforço que temos no governo do estado ao chamar mais de dois mil novos soldados, que ali se formavam após 9 meses, e do esforço do nosso governador, que tem cumprido a sua promessa de novos concursos para alavancar a segurança em nosso estado.

Nós sabemos que hoje temos saúde e segurança sempre como demandas infinitas para recursos finitos. Mas a gente tem certeza de que a sinalização do nosso governador de fazer sempre cursos é o reconhecimento da segurança – e, aí, saudando

o secretário de Segurança, Maurício Barbosa – como um dos eixos prioritários do nosso governo.

Aproveito também para saudar o novo secretário do Meio Ambiente, secretário João Carlos. Lá estivemos hoje, pela manhã, numa primeira pauta para tratar junto com a Bamin, o presidente Eduardo, que aqui esteve, por indicação da Mesa Diretora, quando foi pautada na semana anterior uma discussão sobre as barragens, e, aproveitando que lá esteve a deputada Ivana Bastos, que solicitou também essa agenda conjunta, estivemos lá para garantir que a Bahia, com certeza, preza pelo desenvolvimento econômico, mas ambientalmente sustentável.

Ouvimos ali o comprometimento do presidente da Bamin com os investimentos no projeto integrado que se chama Pedra de Ferro, que compõe a mina, a Ferrovia Oeste-Leste e o Porto Sul, investimentos esses que significarão mais de 10 mil empregos diretos e indiretos, significarão também impostos para as cidades. No caso da mina, lá estarão favorecidas as cidades de Caetité, Pindaí, Guanambi, enfim, toda aquela região, como também todo o trajeto da Fiol, culminando em investimentos no Porto Sul, beneficiando a Região Cacaueira.

Muito importante nós conhecermos – nós, deputada Maria del Carmen, que estivemos nessa reunião da Mesa Diretora – a importância de termos a garantia que as novas barragens feitas na Bahia serão barragens de alteamento a jusante. Para trocar em miúdos, a vocês que nos assistem pela *TV Assembleia*, essas barragens são as barragens hoje mundialmente aceitas como as mais seguras e as mais estáveis. A gente ficou muito feliz em saber, deputado Targino, que essa barragem, essa mina que existe lá em Caetité, essa barragem será feita com alteamento a jusante, com todas as licenças ambientais devidamente avaliadas pelo Inema e também pelo Ibama. E nosso papel será, como parlamentares, o de dialogar com as populações que serão impactadas, efetivamente, dialogar e visibilizar as informações.

Então, estivemos lá com a presença do secretário João Carlos e de Leonardo Carneiro, do Inema, membros da Bamin, exatamente para desdobrarmos em outras reuniões não só nas localidades, como reuniões com o governo do estado.

E, aproveito para saudar, hoje, a resolução da Agência Nacional de Mineração que proíbe no país as barragens que têm alteamento a montante, que foi o caso da tragédia, a maior tragédia dessa natureza no mundo, vitimando mais de 300 pessoas, que foi a tragédia de Brumadinho. Acertada a resolução da Agência Nacional de Mineração, publicada hoje no *Diário Oficial da União*.

E da nossa parte, como parlamentares da comissão que vai fiscalizar as barragens que atualmente ainda são a montante em nosso estado, é a gente garantir o diálogo, garantir a cooperação técnica entre esta Casa...o presidente Nelson Leal já colocou como bandeira dele, inclusive esta pauta. Existe uma comissão de barragens, mas a gente vai garantir esta pauta...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) E quero, com a sua vênha, nestes 30 segundos, saudar todo o povo da região de Irecê. Estive lá, acompanhando o mutirão de cirurgias ortopédicas realizadas na Policlínica de Irecê, beneficiando mais de 24 municípios. Quero saudar

o prefeito de Lapão, que é presidente do consórcio. Também, saudar o nosso prefeito Elmo Vaz, muitas pessoas beneficiadas por procedimentos e exames que tem um gargalo histórico...

(A Sr.^a Presidenta aciona as campanhas.)

(...) por falta de assistência e a Policlínica, que é uma das maiores políticas para a saúde do nosso governador Rui Costa e do secretário Fábio. Ele vem, deputado Targino, dar um atendimento habitual, mas também conseguindo, ao fazer mutirões nas diversas especialidades – ortopedia, oftalmologia, mamografias –, zerar, ou tentar zerar, de forma mais célere, essa desassistência histórica da região.

Então, quero me congratular com todos os prefeitos daquela região, todo o povo da região de Irecê por esses mutirões e dizer que o nosso mandato esteve ali, na conquista dessa policlínica, e estará ali para defender todas as ações em prol da saúde daquele povo.

Obrigada pela sua tolerância, deputada Maria del Carmen.

O Sr. Targino Machado: Seja tolerante também conosco.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Pedir a V. Ex.^a que tome aqui o meu lugar para que eu possa utilizar a tribuna.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur): Com a palavra, a nobre deputada Maria del Carmen.

Deputado Targino, toda vez que somos tolerantes com V. Ex.^a, V. Ex. nos cobra o Regimento. No último dia que tentei ser tolerante com V. Ex.^a, inclusive alegou o Regimento em desfavor de si mesmo, o que mostra a coerência que V. Ex.^a tem sempre.

Deputada Maria del Carmen, pelo tempo de 6 minutos.

A Sr.^a MARIA DEL CARMEN LULA: Quero saudar a nossa deputada Fabíola Mansur, que exerce a presidência desta sessão, neste momento; saudar a deputada Olívia, o deputado Jacó, deputado Targino Machado, Líder da Minoria nesta Casa, taquígrafas, imprensa, telespectadores que nos assistem pela *TV Assembleia*, e dizer que quero, hoje, utilizar esta tribuna para fazer uma cobrança, ou melhor, para trazer uma denúncia e pedir apoio para que isso possa ser modificado.

É uma decisão tomada pelo prefeito Fernando Gomes, de Itabuna, que rompeu, no município, o contrato com o Centro de Integração Social (Ciso), fundamental dois. (Lê): “O colégio é uma referência em educação no Sul da Bahia e essa decisão atingirá mais de 800 de alunos da rede municipal de Itabuna.

O pior é que esta decisão do prefeito mais parece uma perseguição política ao vereador Júnior Brandão, do Partido dos Trabalhadores.” É o único vereador do Partido dos Trabalhadores em Itabuna.

“(…) Digo perseguição política porque o anúncio do fechamento do colégio aconteceu pouquíssimo tempo depois da votação do projeto que muda o regime dos servidores municipais de celetista para estatutário.

O vereador Júnior Brandão, contrariando o prefeito, votou contra a mudança por entender que o regime estatutário prejudica aqueles que servem ao município.” Isso foi bastante debatido por ele com os professores, com os servidores. E o vereador, que tem estado sempre ao lado dos trabalhadores e dos servidores, votou contra a mudança por entender que esse regime prejudicaria aos que servem ao município.

“Pois percebam que o voto de Júnior Brandão é coerente com o que ele sempre fez em sua história, se posicionando em favor da população de Itabuna. Conheço o vereador e sei que ele jamais tomaria uma decisão que fosse prejudicar o município.

Em nota, por meio da Secretaria de Educação, a prefeitura alegou redução de custos. Mas a verdade é que o fechamento do colégio pegou a todos de surpresa, já que estava tudo certo para a renovação do contrato de locação, pois, há mais de 30 anos, o CISO tem esta parceria com o município.

O colégio não tem fins lucrativos e foi fundado em 1973 pelo pai do vereador Júnior Brandão, o educador Josué de Souza Brandão, também três vezes vereador de Itabuna.

O seu quadro profissional é enxuto, mas extremamente qualificado, com professores graduados e pós-graduados, sendo estes a grande maioria.

Além disso, o colégio tem uma estrutura excelente, com quadras poliesportivas cobertas, laboratório de informática, salas especiais para atendimento aos alunos, além de salas de aulas e de professores.

Lá, funcionavam 27 turmas, do sexto ao nono ano, turmas que agora serão realocadas em outros colégios.

Acredito que, enquanto políticos, nós só podemos pautar nossas decisões visando ao bem comum.

Quero ressaltar aqui que esta decisão vai impactar não somente os alunos que estudam no CISO, mas também todo o município. A educação destes jovens será prejudicada, o município de Itabuna será prejudicado”.

Então, quero pedir ao prefeito Fernando Gomes que reveja sua decisão e analise que a escola continuar funcionando nesse espaço é extremamente importante para aqueles jovens e para aquela criança.

Meu tempo já se encerrou, mas, concluindo, queria parabenizar a deputada Olívia Santana pelo seu depoimento aqui, pela sua fala aqui, nesta tarde, e me associar àquilo que aqui foi dito. Nos dois momentos em que V. Ex.^a utilizou da palavra, falando do que aqui foi colocado por um colega deputado, que reclama que nós tenhamos cota, que as mulheres tenham direito a cota e, portanto, o direito a ter uma parcela do fundo eleitoral dirigido às mulheres.

Se nós não tivéssemos, com todas as dificuldades que existem... Se esse fundo de fato pudesse atingir a todas as mulheres em proporções iguais, com certeza nós poderíamos ter uma quantidade maior.

Eu digo sempre, deputada Olívia, que eu não sou... cota é algo circunstancial. Não é isso que desejamos. Nós queremos é que possamos ter o direito de estar na quantidade que quisermos estar, ou na quantidade que nós possamos, que tenhamos as condições... Mas enquanto isso não existe o único jeito é, de fato, tentar buscar as cotas e aprová-las, como foram, e garantir que elas possam servir para que tenhamos mais mulheres nesta Casa.

Porque a sociedade só será igual quando nós tivermos homens e mulheres na quantidade que for necessária, com projetos idênticos, ou parecidos, ou semelhantes, mas projetos que, de fato,...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) fortaleçam a cidadania e garantam às mulheres o direito de estar onde elas quiserem. E a política também é um direito para as mulheres, também é local onde as mulheres devem estar. Seja na política, seja na gestão.

Imaginem que se não tivermos mulheres na gestão nós teremos mais dificuldades de ter mulheres nesta Casa. E sem mulheres nesta Casa – com certeza, é um círculo vicioso – nós não teremos mais mulheres na gestão. Portanto, nós precisamos continuar lutando para ter não só 30%, para que possamos garantir que aqui, nesta Casa,...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) na política, possamos ter 50 ou mais mulheres, se for o caso.

Obrigada, Sr.^a Presidente, por sua tolerância.

A Sr.^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur): Obrigada, deputada Maria del Carmen.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur): Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PSC para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Targino Machado: Falarei por todo o tempo.

A Sr.^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Com a palavra o nobre deputado Targino Machado, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, Srs. das Galerias, Srs. Funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, deputada Maria del Carmen, que ora preside esta sessão, conheço bem V. Ex.^a, o comportamento reto de V. Ex.^a, e sei que V. Ex.^a está triste porque não podemos sequer dizer que está tudo nesta Casa como dantes, porque se dantes já estava ruim, agora está pior.

Deputada Olívia Santana, ouvi V. Ex.^a com muita atenção, e à medida que V. Ex.^a foi desfraldando os pensamentos a minha atenção foi aumentando. Naturalmente que numa Casa política as opiniões trazem sempre controvérsias. Mas eu quero dizer a V. Ex.^a que as mulheres não têm cor. Elas têm alma e coração. E V. Ex.^a falou aqui, hoje, com os dois, com a alma e com o coração. Parabéns!

Existem – e eu estava pensando nisso ali, com V. Ex.^a falando – mundo afora histórias de povos negros sem ser no Brasil, sem ser na Bahia. Mas não se pode escrever a história da Bahia, a história do Brasil deixando de lado o povo negro, pelas razões todas que poderíamos aqui apontar e o tempo não permite.

Passo a dizer, Sr.^a Presidente, na minha fala, que o político precisa ter papo reto, o político precisa ser coerente. E para ser coerente eu preciso vir aqui, hoje, cobrar providências de um prefeito que faz parte do meu agrupamento político, ou do mesmo agrupamento político. Porque li hoje uma matéria do jornal *Grande Bahia*, de Feira de Santana, que diz:

(Lê) *“Lei de iniciativa do vereador José Carneiro viola Direitos Difusos da sociedade. Em 1.100 metros...”* – pasmem os municipalistas – *“(...) podem ser instalados cinco postos de combustível em Feira de Santana.”*

Isso é um absurdo.

Só para os senhores terem ideia, em Salvador, na cidade do Salvador – eu estou falando da cidade de Feira de Santana, a segunda maior do estado, e só podemos comparar Feira de Santana com Salvador –, a distância mínima de um posto para outro é de mil metros, de mil metros. Em Feira de Santana, em 1.100 metros se pode, com a mudança da Lei do Uso do Solo, construir cinco postos de combustíveis.

Ou seja, são 200 metros de um posto para outro. Mas sequer é da testada do lote, deputada Fabíola, são 200 metros de uma bomba para outra. Ou seja, se a bomba do posto estiver localizada a 30 metros da testada já diminui 30 metros.

E interessante é que se aprovou a lei na Câmara de Vereadores no dia 5 de junho, o mesmo dia em que deram entrada. No mesmo dia, 5 de junho, a Comissão de Constituição e Justiça ofereceu o parecer e, no mesmo dia, se aprovou em primeira votação. Seis dias depois, se aprovou em segunda votação.

Isso eu venho trazer aqui, e disse que o meu papo é reto, porque sou contra atalhos legislativos. Eu sou contra o governador mandar projetos para cá sem ouvir a população, sem discussão nas comissões temáticas desta Casa, sem ouvir a sociedade organizada. Não é possível que um projeto desse, que adequou... Não é você, o empreendedor, que tem a obrigação de adequar o seu projeto às posturas municipais, não. Esse projeto adequou a lei ao tamanho do terreno e à vontade dos empresários. Debaixo desse angu tem carne!

E eu lamento muito que S. Ex.^a, o prefeito Colbert Martins, que deve ter sido levado a erro por uma assessoria... quero crer que tenha sido assim, vez que, primeiro, há controvérsias sobre a constitucionalidade desse projeto, porque legisla sobre direito econômico. Segundo, qualquer prefeito vetaria esse projeto pelo fato de a Câmara de Vereadores não poder mexer dessa forma na lei de ordenamento e uso do

solo urbano à revelia de S. Ex.^a, o chefe do Poder Executivo. A não ser, e eu não quero crer que isso tenha acontecido, que tenha existido grande conluio entre a Câmara de Vereadores e o prefeito para prejuízo do povo. Agora, isso foi para beneficiar alguém! Eu não acredito em almoço de graça.

E aqui diz:

(Lê) “Com as mudanças, é possível se construir, em uma extensão de 1.100 metros de via, cinco postos de combustíveis, mantendo a distância mínima de 200 metros entre eles, fato inusitado em termos de país. A lei buscou viabilizar a construção de postos de combustíveis em imóveis previamente escolhidos”, ou seja, o empresário escolhe o terreno para instalar o posto: “eu quero botar o posto aqui, nessa esquina”.

Mas o tamanho mínimo do terreno, que em Salvador é de 900 metros, em Feira era 750, mas essa lei diminuiu para 700. Ou seja, havia uma figura iluminada com um terreno que não tinha os 750 metros. Como ele não podia aumentar o terreno, diminui na lei o terreno. Então, isso é uma esculhambação.

Então, eu quero lançar daqui o meu repto a S. Ex.^a, o prefeito Colbert: V. Ex.^a, que não devia ter sancionado, tem, agora, que adotar medidas para prevenir danos ao povo. Porque não se levou em conta o impacto no urbanismo da cidade, não se levou em conta, para aprovar essa imoralidade, o impacto na mobilidade urbana, não se levou em conta, para aprovar essa imoralidade, o impacto no meio ambiente, porque posto de combustíveis é um empreendimento altamente poluente, precisa de todas as ressalvas de proteção ao meio ambiente na lei.

Inclusive, deputada Fabíola Mansur, não levou em conta esse projeto, que foi aprovado de afogadilho, o impacto na vizinhança, porque se passou a construir posto de gasolina em Feira de Santana vizinho a clínicas, vizinho a residências, em parede contínua. Isso é uma vergonha! Não se observou os critérios de compatibilidade locacional, ou seja, a construção precisa ser feita em local que tenha compatibilidade locacional para ela. Infelizmente, isso não aconteceu.

No mais, não atendeu sequer, Sr.^a Presidente, às restrições e obrigações aplicáveis aos empreendimentos em geral. Isso atendeu a interesses que, com certeza, serão revelados lá na frente pelo Ministério Público. Porque eu vou representar ao Ministério Público, que é o advogado da sociedade.

Muito obrigado, Excelência.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen): Com a palavra o Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do PSD para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

(Pausa)

Não há representante nem Líder da Maioria para falar.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSL/PRB/MDB/Patriota para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Targino Machado: Excelência, gostaria de poder ocupar novamente o tempo que cabe ao bloco citado por V. Ex.^a e à nossa bancada. Mas, já que não existe quórum, já que hoje ouvi aqui, assisti aqui, com o coração sofrido, e disse isso, particularmente, à deputada Olívia Santana – ela produzia aquele discurso que produziu...

A Casa sabe que não sou de rasgar seda, jogar confete para ninguém. Eu não saio de minha casa para agradar a ninguém, não saio, nunca saí. Mas preciso colocar os pingos nos is de forma justa. E ela fez um pronunciamento trazido da alma para V. Ex.^a, a deputada Fabíola Mansur, o deputado Jacó e eu, e para as cadeiras vazias naquele momento. E me deixou triste.

Já que a apatia tomou conta da Casa hoje, eu quero, para preservar esta Casa, porque essas imagens do plenário vazio, transmitidas através da *TV Assembleia*, são muito ruins...

E, deputada Fabíola, V. Ex.^a e o deputado Tum, que são novos aqui, eu quero dizer que quando eu falo, quando eu critico os colegas ficam bicudos comigo, ficam zangados.

Eu não quero, também, sair de casa para contrariar ninguém. Eu vou pedir uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

A não ser que o deputado Jacó queira falar.

A Sr. PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Eu pediria sua tolerância, deputado Targino, para que o deputado...

O Sr. Targino Machado: Então, pronto. Eu vou indicar, no meu horário, o deputado Jacó.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Jacó, pelo tempo de até 10 minutos, por indicação do Líder da Minoria.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr.^a Presidente, boa tarde a todos e todas novamente.

Deputados e deputadas que estão aqui, colegas, pessoal da *TV ALBA*, do plenário, telespectadores da TV, queria, inicialmente, dizer, deputado Targino, da minha honra, da minha gratidão pela cessão da palavra. Quero lhe agradecer.

E queria também dizer que sou daqueles que... como fui criado na luta social, aprendi ao longo da minha trajetória de vida a travar os debates de forma transparente, fraterna e construtiva. Então, no meu caso, V. Ex.^a pode ter certeza que não sou daqueles que vai ficar com bico, com aquelas coisas, porque aqui é a Casa do debate, a Casa do diálogo, a Casa da convivência. E como V. Ex.^a mesmo fala, cada deputado aqui é uma instituição e precisa ser respeitado em seu posicionamento.

E agradeço muito a esta Casa por ter V. Ex.^a como Líder da Minoria. E queria lhe elogiar pelo papel que vem cumprindo, sempre trazendo reflexões e questionamentos importantes.

Queria dialogar com a fala de V. Ex.^a quando me citou no Pequeno Expediente para o debate, e, assim, dizer que tem uma diferença, porque quando eu falei da reforma da Previdência que está anunciada, que está circulando na mídia, com a possibilidade de aposentadoria aos 65 anos para homens e 62 para as mulheres, eu repudiei. Porque, exatamente, a gente que veio do meio rural, que vem da agricultura familiar sabe o impacto que isso vai ter na vida das pessoas. Os prefeitos dos nossos municípios vão pagar essa conta porque a fome vai voltar a reinar em nossa terra.

Então, como deputado, mesmo que esse seja um tema nacional, mas ele impacta na vida do nosso estado, do nosso povo, não poderia deixar de fazer esse debate. E queria só dialogar com V. Ex.^a porque o que o nosso governador Rui Costa propôs aqui no final do ano não foi uma reforma, foi um ajuste. Não estamos tirando direitos, não estamos querendo condenar os servidores, os trabalhadores da Bahia a não se aposentarem como o governo federal está querendo.

Porque, efetivamente, aumentar a idade de uma trabalhadora rural, que hoje se aposenta com 55 anos, para 62... Quem não sabe o que é a labuta da roça imaginar que uma mulher vai chegar bem de saúde a essa idade para se aposentar. Não vai, ela vai-se acabar antes. Achar que um trabalhador rural vai trabalhar até os 65 anos e vai estar com vigor para se aposentar! Também isso vai prejudicar sobremaneira.

Então, o que o governador Rui Costa propôs, o aumento da alíquota, foi um ajuste, porque há a Lei de Responsabilidade Fiscal e ele tem responsabilidade para tocar o nosso estado.

Inclusive, deputado, só para a sociedade tomar conhecimento, tem um déficit da previdência de 4 bilhões este ano. Isso é importante a sociedade tomar conhecimento. Mas quando o governador Jaques Wagner chegou ao poder o déficit era de 300 milhões.

O que acontecia no passado aqui, em nosso estado, é importante dialogar com a sociedade, é que há 20, 25 anos havia muitos servidores na ativa, muita gente contribuindo e poucos aposentados. O que os governos faziam, deputado? Ele pegava o dinheiro da contribuição dos funcionários e botava num caixa corrente e gastava o dinheiro. Não estou querendo aqui acusar nem culpar nem “a” nem “b”. Estou querendo só constatar o fato. Quanto a esse problema, ele pipocou agora. Mesmo assim, o que o governador Rui Costa propôs aqui foi um ajuste, um aumento da alíquota de 12 para 14%.

Nesse sentido, eu gostaria de parabenizar, mais uma vez, o nosso governador Rui. Volto a afirmar que eu tenho orgulho de ser do PT, ser do 13, ser da Bahia e ter um governador como Rui Costa, porque Rui Costa se transformou num dos melhores governadores da Bahia pela sua forma de conduzir a política e a gestão.

É importante a sociedade perceber isso, pois, hoje, a maioria dos estados brasileiros, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro

não conseguem pagar os salários. Tem gente que está com o 13º salário do ano passado sem receber ainda, deputada. Aqui na Bahia, o nosso governador, para a nossa alegria, deputado Targino, além de pagar em dia, nós, o Estado da Bahia foi o governo que ficou em segundo lugar em investimentos. Nós só perdemos para São Paulo. Nós temos que reconhecer o que o governador tem feito pelo nosso estado.

Por isso, o nosso orgulho e a nossa satisfação. Como nós falamos, são as policlínicas, são os hospitais, são as estradas, são os recursos para a agricultura familiar. Só para a agricultura familiar, nos últimos 4 anos, foram mais de R\$ 1 bilhão. Então, são obras estruturantes que estão, definitivamente, melhorando a vida do nosso povo.

E com relação ao Planserv, eu queria dar alguns números que eu acho que é importante para a gente também ir acumulando neste debate. Deputada Olívia, para você ter ideia, durante o ano passado, o Planserv investiu R\$ 1,5 bilhão. Esse número representa um acréscimo de 25% em relação ao ano de 2015. O Planserv é um plano tão atrativo que, durante o ano passado, foram 18 mil novas adesões. Então se é um plano que está ruim, que está caindo das pernas, quem diabo no mundo quer aderir a um plano deste? No entanto as pessoas estão aderindo. Então é porque o plano funciona, o plano está servindo.

Eu queria dar alguns novos números. A carteira do Planserv é de 141.437 pessoas, servidores; há 52 servidores com mais de 100 anos. Foram feitos, durante o ano passado, pelo Planserv, 460 mil atendimentos clínicos; 2,3 milhões, ou seja, dois milhões e trezentas mil consultas; 1,2 milhão, ou seja, 1 milhão e duzentos mil atendimentos de urgência e emergência; 131 mil cirurgias. Tudo isso foi feito pelo Planserv durante o ano passado.

No Planserv, tem cadastrado 1.400 prestadores de serviços.

São números deste ano que eu acho importante.

Em janeiro de 2019, foram 148 mil consultas, 330 partos, mais de 10 mil cirurgias, dentre outros atendimentos. Isso perfaz quase 190 mil atendimentos.

E, para além disso, o Planserv tem ações de programas de prevenção como a promoção de espaços Sou Mais Saúde com roda de conversa, envio de dica de saúde, informativo eletrônico, auxílio no caso de complexidade, grupos de corrida e ações de campanha.

Então, é um conjunto de ações que estão sendo feitas pelo Planserv. Inclusive, o governo contratou uma empresa, em 2018, que está fazendo a gestão deste plano, qualificando gastos, evitando desperdício, botando uma gestão moderna que está ajudando este plano a girar e a atender os baianos.

Claro, tem dificuldades. E eu estou aqui para ajudar a dialogar para este plano poder, cada vez mais, se aperfeiçoar e superar as dificuldades, porque este é um plano de ajuda e tem contribuído muito para melhorar a vida do nosso povo.

Por isso, eu tenho orgulho de ter um governador como Rui Costa, pois ele é um homem que tem compromisso com a Bahia e com o nosso povo.

Para finalizar, eu queria, também, registrar os 40 anos de existência do evento Beleza Negra, lá, na Senzala do Barro Preto, Curuzu.

Parabenizo o Ilê.

Com as deputadas Fabíola e Olívia, nós estávamos lá na grande festa. Estavam presentes Caetano Veloso, Gilberto Gil e Daniela Mercury. Foi um momento de muita emoção.

Quero, também, me congratular com a Polícia Militar da Bahia do nosso estado, porque, hoje, foi a formatura de mais de 1.800 novos policiais e bombeiros. Gostaria de dizer da minha alegria e da minha satisfação em ver o comprometimento do nosso governador.

Por último, eu gostaria de dizer que, hoje, eu recebi a visita da liderança do município de Ipuíara através do companheiro Erasmo, pois ele será o meu próximo candidato a prefeito daquela terra. Eu gostaria de saudá-lo. Ele esteve hoje aqui em meu gabinete para fazer uma visita e, ao mesmo tempo, trouxe demandas de Ipuíara relacionadas à área de infraestrutura como água e energia. Com muita alegria, eu o recebi aqui em nome do povo de Ipuíara.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Targino. Eu agradeço as suas compreensão e bondade.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: V. Ex.^a pode continuar a sessão.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pode? V. Ex.^a pediu verificação de quórum.

O Sr. Targino Machado: Não. Eu retirei. Passei a palavra ao deputado Jacó, não é?

Deputado Jacó, eu vou entender os agradecimentos de V. Ex.^a a mim dirigidos como absoluta generosidade sua, porque, na verdade, era um direito seu.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): É.

O Sr. Targino Machado: E o que é de direito, a gente não deve agradecer. Mas, mesmo assim, muito obrigado pelas palavras.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Minoria ou ao nobre Líder do Bloco Parlamentar PR/Avante/Podemos/PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos. (Pausa) Não há orador a indicar.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao nobre Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos. (Pausa) Não há orador a indicar.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do DEM para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Targino Machado: Eu falarei, Excelência.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Targino Machado pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO: Com este sorriso lindo de V. Ex.^a, tenha certeza de que eu me esforçarei em não usar todo o tempo.

Eu continuo, deputado Jacó, com todo o respeito, sem entender bem o malabarismo verbal produzido pelos ilustres pares, porque são elucubrações verbais às vezes. E eu estou aqui a procurar as palavras, de igual forma, generosas para com V. Ex.^a, porque V. Ex.^a disse: “O governador Rui não está retirando direitos, fez ajustes.”

Este é um projeto de reforma da Previdência ainda não desfraldado, pois não chegou, sequer, em nível federal, lá, no Congresso. Dele e sobre ele, eu não anteciparei posições. É isso o que eu digo a V. Ex.^a.

Eu tenho convicções. Eu tenho hoje, depois de ter discutido muito nesta Casa, de ter criticado muito o projeto de reforma... E, olhe, quanto ao relator daquele projeto, do malfadado projeto encaminhado por Michel Temer, o relator era o presidente do meu partido. E contra ele, e contra os interesses dele, deputada, eu me coloquei aqui. Era o deputado Arthur Maia o presidente do meu partido à época.

Vejam, esta história de partido é muito bonitinha. Mas se o partido fosse para ser todo igual, o nome não era partido, era inteiro. E eu não tenho obrigação de seguir aquilo que não me contempla no plano das ideias.

Então, quero dizer a V. Ex.^a que, na verdade, o aumento da contribuição não é só ajustes, é uma minirreforma. Digo isso, porque, com certeza, lá na frente, virão outras mudanças, até porque S. Ex.^a, o governador, adotou um remédio precário que foi a aprovação, por esta Casa, da antecipação dos *royalties* do petróleo. Isso não vai resolver o problema, não é? Isso não vai tapar os R\$ 4,08 bilhões de *deficit*. Não vai.

Então, vamos ficar de olho no proscênio, porque outros atos virão desta que estou chamando de reforma homeopática da Previdência estadual. E isso é um golpe nas costas do povo da Bahia que, realmente, votou nele, no governador, quando conseguiu uma vitória acachapante com mais de 75% dos votos. E se a gente for verificar no meio dos servidores públicos, esse percentual deve ter sido maior. Tirando daí as Polícias Civil e Militar, com certeza, no restante foi bem maior ainda.

Mas quanto a esta reforma, segundo o que se dizia até o dia da eleição, não havia *deficit*, porque a Bahia estava em situação maravilhosa do ponto de vista fiscal. E a máscara só caiu em novembro depois de passada a eleição e ter tido a vitória que ele obteve.

Agora, não concordo, também, com o deputado Jacó quando atribui a culpa do déficit a outros governantes. Para começar, os dois governos anteriores foram do PT: Jaques Wagner e Jaques Wagner durante 8 anos.

Com todo o respeito a V. Ex.^a, esta não é uma prática só sua. Mas eu vejo, aqui, deputados da Base do Governo, quando se veem acossados, quando se veem apertados, lançam mão de um expediente que traz risos: inventam números, repito, inventam números. Inventam números de investimentos em saúde, números de investimentos em educação, números de investimentos na área da segurança pública. São números que não existem, deputado Jacó.

A saúde, na Bahia, é a terceira pior, apesar de as policlínicas a serem feitas – o governo diz que já fez algumas –, ele bota os municípios para pagar 60% das contas e os 40% restantes, ele não está botando. Não é? Apesar disso, o investimento em saúde pública no estado da Bahia é o terceiro pior dentre os estados do país.

De igual modo, a educação na Bahia, no que compete ao Estado, é a pior do Brasil. Nós precisamos, amanhã, sentar eu e V. Ex.^a para acertarmos um pacto civilizado de discussão e falarmos, absolutamente, a verdade. A gente deve discutir isso aqui desta tribuna. Não é? Não é inventando números que a gente vai resolver a situação da Bahia. Não é? Nós vamos resolver a situação da Bahia com coragem.

Assim como esteve aqui o Líder de V. Ex.^a, deputado Rosemberg, na primeira semana, depois de uma crítica minha. Ele me fez questão de ordem e disse mesmo que a educação precisa melhorar. Né? E eu bati palmas para ele, porque não estou e não estava habituado com esta prática. Né?

Agora, quanto ao Planserv, Excelência, a culpa do Planserv não é dos médicos, a culpa do Planserv não é dos beneficiários que sustentam o Planserv. O Planserv não é uma instituição inventada pelo PT. Digo isso porque o PT, depois de ter chegado ao poder, dizia que tudo, de Cabral para cá, existente na Bahia e no Brasil, foi criado pelo PT. Não é? O Planserv não foi inventado e pensado pelo PT.

À época, eu estava ombreado com o PT. Eu fiquei com inveja, porque o governador, àquela época, eu era adversário dele, aqui da tribuna, assim com V. Ex.^a, eu fazia duras críticas. Mas eu fiquei com inveja quando ele implantou o Planserv, fiquei com inveja quando ele implantou o SAC na Bahia, fiquei com inveja quando ele reformulou, de maneira interessante, a Previdência e vendeu a Coelba. Eu votei contra a privatização da Coelba. Mas ele pegou R\$ 400 milhões e botou na conta da Previdência dos funcionários.

Então o problema da Previdência, deputado Jacó, está na precarização da mão de obra, repito, está na precarização da mão de obra. Por que são quantos milhares de funcionários precarizados? Ao invés de o funcionário estar pagando para a Previdência e entrando dinheiro novo para a Previdência, ele está pagando para o INSS.

Ou seja, os beneficiários estão envelhecendo e não estão chegando novos contribuintes. Né? Vai dar nisso. Ou o Estado muda... Porque quando nós estávamos aqui junto ao PT, o que a gente bradava! Eu me lembro ainda de Paulo Jackson, Nelson Pellegrino, Lídice da Mata, Alice Portugal, professora Zezé Rocha aqui junto a gente gritando e protestando contra os REDAs da vida.

E, aí, infelizmente, senhores da imprensa, é uma miséria. Não há nada mais parecido com o governo do que a Oposição quando chega ao governo. Né? Está fazendo muito pior do que o feito no passado. E, aí, está infelicitando a Previdência.

Precisamos sentar eu e V. Ex.^a. Sei que temos condições de fazer isso para fazermos a seguinte conta: quanto a Previdência estadual está perdendo com este recurso que deveria ir para o cesto, ou seja, para o caixa da Previdência estadual e está indo para as mãos do INSS? Só isso já salvaria a Previdência.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Então, concluo a minha fala dizendo: não vamos inventar números. Quanto a esse negócio de inventar número no Brasil, quem inventou isso foi Lula, o ex-presidente Lula. Quando ele estava agoniado, ele inventava um número. Né? Aconteceu isso até numa reunião da ONU e virou piada internacional.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Targino Machado: Mas, Sr.^a Presidente, eu quero agradecer ao deputado...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Questão de ordem, Excelência.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Eu quero, inicialmente, agradecer ao deputado Jacó, porque se não fosse ele, eu não teria voltado a esta tribuna na tarde de hoje. E, nesta Casa, apesar de as poltronas estarem vazias, repito, apesar de as poltronas estarem vazias, eu vou continuar fazendo do meu caminhar o meu caminho neste Plenário. Não importa que as poltronas estejam vazias, pois eu as olho e as vejo povoadas pelos deputados todos desta Casa.

Em homenagem ao Parlamento, eu solicito, a V. Ex.^a, uma verificação de quórum para a continuidade desta sessão. Desejo que V. Ex.^a, antes de encerrar esta sessão, nomeie os deputados aqui presentes por justiça.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Há 3 deputados presentes nesta Casa e eles são o deputado Targino Machado, deputado Jacó e a deputada Maria del Carmen. Estiveram aqui as deputadas Olívia e Fabíola Mansur durante este final de tarde.

Não havendo número suficiente para a continuidade da presente sessão, encerramos a mesma.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.